RENAN SCAPIM ARCARO

**MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO ADOTADO PELO CPC EM
SINTONIA COM OS DEVERES DE COOPERAÇÃO E IMPARCIALIDADE DO
JUIZ**

Dissertação de Mestrado

Orientador Prof. Dr. Walter Piva Rodrigues

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

RENAN SCAPIM ARCARO

**MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO ADOTADO PELO CPC EM
SINTONIA COM OS DEVERES DE COOPERAÇÃO E IMPARCIALIDADE DO
JUIZ**

Dissertação apresentado à Banca Examinadora do
Programa de Pós-Graduação em Direito, da
Faculdade de Direito da Universidade de São
Paulo, na área de concentração de Direito
Processual Civil, sob a orientação do Prof. Dr.
Walter Piva Rodrigues.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Scapim Arcaro, Renan

Modelo cooperativo de processo adotado pelo CPC
em sintonia com os deveres de cooperação e
imparcialidade do juiz ; Renan Scapim Arcaro ;
orientador Walter Piva Rodrigues -- São Paulo, 2020.

163

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Direito Processual) - Faculdade de Direito,
Universidade de São Paulo, 2020.

1. Cooperação processual. 2. Princípio do
contraditório. 3. Boa-fé. 4. Efetividade. I. Piva
Rodrigues, Walter, orient. II. Título.

Professor Doutor Walter Piva Rodrigues (Presidente-Orientador)

(Membro da banca)

(Membro da banca)

(Membro da banca)

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmãos pelo apoio incondicional dado não somente durante o Mestrado, mas em toda a minha vida. Nos momentos de tensão sabemos a quem recorrer e sortudos são aqueles que têm uma família como a minha. Fica aqui registrado meu amor e gratidão por eles.

Também devo agradecer aos colegas do escritório Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica pelo convívio diário, pelas experiências trocadas e pelo relacionamento cordial mantido no curso de tantos anos.

Finalmente, agradeço ao orientador, Prof. Dr. Walter Piva Rodrigues, pela cordialidade costumeira, pelo respeito às opiniões diversas e pelo senso de justiça que lhe é ínsito e que nos instiga na pesquisa e produção acadêmica.

Ao tornar-se carta do baralho, e não o baralho
inteiro, o rei propicia o advento da República.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

ARCARO, Renan Scapim. Modelo cooperativo de processo adotado pelo CPC em sintonia com os deveres de cooperação e imparcialidade do juiz. Dissertação – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Diante da alteração paradigmática sofrida no direito brasileiro com o advento do atual Código de Processo Civil, inaugurou-se o modelo cooperativo de processo civil e diversas consequências foram pretendidas pelo legislador. Discutiu-se a inclusão de normas fundamentais na legislação infraconstitucional, a descentralização dos poderes do juiz, a inclusão de deveres para todos os sujeitos processuais e a nova dinâmica do princípio do contraditório. A primazia do julgamento de mérito e as disposições legais que demandam a superação de vícios formais conferem a feição do modelo processual analisado. O desenvolvimento dialético do processo e a implementação dos deveres de cooperação visam conferir efetividade ao provimento jurisdicional expedido, sendo a materialização do direito o fim visado por todos.

Palavras-chave: cooperação processual, princípio do contraditório, boa-fé, efetividade.

ABSTRACT

ARCARO, Renan Scapim. Cooperative model of process adopted by the Code of Civil Procedure lined up with the cooperation and impartial duties of the judge. Dissertation – Faculdade de Direito da Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo, 2020.

As a result of the paradigmatic legislative changes experienced in Brazil in light of the enactment of the Code of Civil Procedure currently in force, it has been introduced the cooperative model of civil procedure and several consequences were intended by the law-making body. The paper dealt with the inclusion of fundamental rules in the infra constitutional status, the decentralization of the Courts' powers, the inclusion of duties for all the parties to the dispute and the new framework of the principle of adversarial proceedings. The judgment upon the merits and the statutory provisions that favour the overturn of procedural defects features the procedural model analyzed. The dialectical development of the procedure and the implementation of the duties of cooperation aim at ensuring the effectiveness of the decision issue by the Courts, which is the enforcement of the law pursued by all.

Keywords: cooperation, principle *audi alteram partem*, good faith, effectiveness.

TÁBUA DE ABREVIATURAS

AMB – Associação de Magistrados Brasileiros

CF – Constituição Federal de 1988

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPC – Código de Processo Civil de 2015

CPC73 – Código de Processo Civil de 1973

DRB – Dispute Review Board

DL – Decreto-lei

LINDB – Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro

LOMAN – Lei Orgânica da Magistratura Nacional

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PL – Projeto de Lei

STF – Supremo Tribunal Federal

STJ – Superior Tribunal de Justiça

UNIDROIT – Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. INDÍCIOS DE UM NOVO MODELO PROCESSUAL	19
2.1. Normas fundamentais do Código de Processo Civil.....	19
2.1.1. Interpretação do CPC à luz da CF (art. 1º).....	19
2.1.2. Princípio inquisitivo e dispositivo (art. 2º).....	20
2.1.3. Inafastabilidade da jurisdição e outros meios de solução de conflitos (art. 3º)	20
2.1.4. Duração razoável do processo (art. 4º).....	21
2.1.5. Boa-fé processual (art. 5º)	22
2.1.6. Cooperação no processo (art. 6º).....	22
2.1.7. Isonomia e contraditório (art. 7º).....	23
2.1.8. Hermenêutica e legalidade (art. 8º)	24
2.1.9. Diálogo e contraditório efetivo (arts. 9º e 10)	24
2.1.10. Publicidade e fundamentação das decisões (art. 11)	25
2.1.11. Ordem cronológica para julgamento (art. 12)	26
2.2. Acesso à ordem jurídica justa	27
2.2.1. O que é processo justo?	28
2.3. Crise de efetividade do processo.....	30
2.4. Instrumentalidade do processo.....	35
2.5. Desjudicialização de conflitos.....	37
2.6. Combate ao processo autoritário	44
3. MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO	47
3.1. Modelo ou princípio de processo?	47
3.1.1. Superação dos modelos adversarial e inquisitivo.....	49
3.1.2. Modelo cooperativo de processo	55
3.2. A cooperação no processo civil português.....	63
3.3. Deveres de cooperação.....	65
3.3.1. Dever de consulta	67
3.3.2. Dever de esclarecimento	70

3.3.3. Dever de prevenção	72
3.3.4. Dever de auxílio.....	74
3.3.5. Dever de gestão	76
3.3.6. Outros deveres de cooperação	81
3.4. Cooperação entre juízos	82
3.5. Deveres das partes	84
3.6. Deveres de terceiros	86
3.7. Imparcialidade do juiz e a matéria probatória	88
3.8. Redimensionamento do princípio do contraditório	95
3.8.1. Decisão surpresa	101
3.9. Motivação das decisões judiciais	108
3.10. Cooperação na fase recursal	111
3.11. Efetivação da cooperação no cumprimento de sentença	115
4. CONSEQUÊNCIAS DA INOBSERVÂNCIA DA COOPERAÇÃO PROCESSUAL	119
4.1. Maior reflexo do modelo cooperativo (contraditório como garantia de influência)	119
4.2. Consequências da inobservância da cooperação	123
4.2.1. Ao juiz	123
4.2.2. Ao processo	129
4.2.3. Às partes	132
4.3. Mudança do paradigma - reflexos jurisprudenciais	135
4.4. Conquistas da legislação e efetividade do processo	138
5. CONCLUSÃO	145
Referências bibliográficas	149

1. INTRODUÇÃO

A dissertação contou com três capítulos e foi estruturada visando demonstrar a inauguração de um novo de modelo processual civil no ordenamento jurídico brasileiro. Procurou-se apontar as principais características da cooperação processual e evidenciar a importância na mudança do comportamento dos operadores do direito.

No primeiro capítulo foram abordadas as normas fundamentais do processo civil, que pela primeira vez foram organizadas no próprio CPC, e foi introduzido, desde logo, o problema da crise de efetividade do processo, algo sentido por toda a comunidade jurídica e, principalmente, pelos jurisdicionados. Mais do que nunca deve ser combatido o processo autoritário e por meio das linhas que seguirão foram traçadas algumas balizas para tanto.

Em seguida, abordando especificamente o modelo cooperativo de processo civil, distinguindo-o de um princípio jurídico, foi discutida a superação dos modelos adversarial e inquisitivo com os quais a doutrina tradicional sempre trabalhou para conceituar sistemas ou institutos processuais.

A despeito da redação do art. 6º do CPC, que sugere a cooperação entre todos os sujeitos do processo, sustentou-se que os deveres de cooperação são do juiz e não das partes, estas últimas deverão agir com boa-fé e lealdade. Na defesa de interesses exclusivos não se impõe que uma parte deva cooperar com a outra para fins de satisfação da pretensão alheia.

O juiz, entretanto, tem deveres de consulta, esclarecimento, prevenção e auxílio, tendo sido proposto que também deveria existir o dever gerencial, uma vez que ele não estaria na conceituação dos demais deveres impositivos ao magistrado e seria indispensável na realidade atual brasileira e no modelo de processual civil em construção.

Após conceituar cada um dos deveres de cooperação, sempre com o cuidado de evitar uma atuação imparcial do julgador, dissertou-se sobre a feição atual do princípio do contraditório, acerca da motivação das decisões judiciais e a respeito da cooperação na fase recursal e no cumprimento de sentença.

Arrematando o trabalho, contextualizou-se as sanções existentes no CPC e na LOMAN nos casos de inobservância da cooperação pelo juiz, bem como apontou-se as consequências impostas às partes quando não agirem com boa-fé e lealdade ou nas hipóteses de atuarem de modo a frustrar a decisão de mérito.

Diante da vigência do CPC por alguns anos e da existência de expressiva jurisprudência que está se formando sobre o tema, procurou-se discutir formas de evitar a chamada “jurisprudência defensiva” e assegurar o motivo final do processo judicial, que é a composição da demanda em tempo razoável, incluída a atividade satisfativa.

5. CONCLUSÃO

Abordadas as normas fundamentais sistematizadas no CPC e traçado o seu paralelo constitucional, foram trazidas algumas balizas para a identificação do novo modelo de processo civil brasileiro, que seria o cooperativo, restando superados o adversarial e o inquisitivo.

O direito deve se adaptar à realidade e aos conflitos que são levados ao Poder Judiciário e, por meio da análise de diversos dispositivos legais, especialmente dos arts. 6º, 9º, 10, 138, 139, 317, 319, §§ 2º e 3º, 321, 357, 371, 373, § 1º, 400, parágrafo único, 489, 493, parágrafo único, 565, § 1º, 772, III, 921, § 5º, 932, 933, 1.007, 1.017, § 3º, do CPC, evidenciou-se a existência da cooperação em todas as fases ou tipos de processo, bem como os reflexos trazidos por ela para a materialização da democracia participativa, da justiça, do devido processo legal, do contraditório, entre outros aspectos constitucionais.

A sistematização dos deveres do juiz em consulta, esclarecimento, prevenção e auxílio procurou abranger as ações que ele deve tomar na condução do processo, já que as partes não têm deveres de cooperação, mas devem agir com boa-fé e lealdade.

Diante da situação atual, em que existe uma quantidade muito elevada de ações judiciais em curso, sugeriu-se a inclusão de um quinto dever de cooperação, que seria o gerencial e que abordaria a conduta do magistrado no aspecto micro, de um processo específico, tal como uma ação coletiva, possessória ou falimentar, e na perspectiva macro, ou seja, de gerenciamento do cartório ou de um conjunto de ações que guardem relação umas com as outras.

Frente ao modelo cooperativo de processo, em que o contraditório e o diálogo entre os sujeitos processuais fica em evidência, o processo deixou de ter características de poderes manifestamente do juiz ou das partes, mas há uma comunidade de trabalho, afastando-se concepções de protagonismos ou de conflitos de categorias.

O modelo presidencial cooperativista demanda constante diálogo do magistrado com as partes e não há quebra da imparcialidade. O juiz conduzirá o processo de forma simétrica, garantindo a paridade de armas, e mostrando assimetria apenas na fase decisória.

O maior reflexo do modelo estudado pôde ser observado no contraditório, que não é mera garantia de reação, mas impõe o diálogo efetivo e influenciador da decisão que será proferida. O modelo hierárquico de organização do processo dá lugar ao modelo cooperativo, o qual é argumentativo, e o contraditório como direito de informação cede face a um direito de influência, reforçando o papel das partes na formação da decisão judicial.

Evidenciou-se a jurisprudência que está começando a firmar orientação, já tendo o STJ decidido que inexistente decisão surpresa quando se tratar de “desdobramento causal, possível e natural da controvérsia”. Para evitar a formação ou a reiteração de uma jurisprudência defensiva e que vise somente a inadmissão de recursos sustentou-se que deve haver harmonização na interpretação e na aplicação do ordenamento jurídico, sempre observando o contraditório efetivo das partes, tudo a impedir anulações posteriores do processo e que retrocedam ou atrasem a sua tramitação.

Foram abordadas as consequências pela inobservância da cooperação e diferenciou-se aquela imposta ao juiz, ao processo e às partes. O primeiro, que deve observar as consequências práticas da sua decisão (LINDB, art. 20), tem o dever funcional de agir com imparcialidade e poderá sofrer duras sanções, tal como o dever de reparar (CPC, art. 143), a advertência (LOMAN, art. 43), a aposentadoria compulsória (LOMAN, art. 56, I), a inabilitação ou perda do cargo (Lei 13.869/19, art. 5º) ou, até mesmo, pena privativa de liberdade por eventual abuso de autoridade.

Ao processo, além do possível retardo em seu curso e/ou da necessidade de refazimento de atos, poderá haver o ajuizamento de uma ação rescisória, por exemplo, como consequência da inobservância da cooperação, o que afeta a segurança jurídica e a efetivação do comando judicial externado.

Já em relação às partes não existe propriamente uma sanção pela adoção de comportamento não cooperativo exatamente em razão de elas não terem qualquer dever de cooperação. É certo que elas responderão pela consequência da adoção de certas condutas, mas, além da multa por litigância de má-fé ou de ato atentatório à dignidade da justiça, inexistirá uma sanção própria pelo desrespeito da cooperação. Ao lado da consequência pecuniária lhe poderá ser imposto o resultado desfavorável da demanda, em virtude da ausência de esclarecimento de alguma questão, da juntada de algum documento ou da apresentação de alguma informação.

Ainda que a dissertação tenha focado principalmente na conduta dos juízes e dos deveres que lhes advém da cooperação, ressaltou-se a importância de que todos os sujeitos do processo participem ativamente dele. Os deveres de cooperação terão grande importância na efetividade do processo, já que se propiciará um ambiente em que o juiz deverá estar mais próximo da discussão travada e as decisões tenderão a ter maior identidade com o caso concreto, proporcionando maior efetividade aos comandos externados.

O sistema jurídico-processual foi aperfeiçoado e espera-se ter contribuído à evolução do tema, com balizas que auxiliem na aplicação do modelo cooperativo de processo e que gerem frutos no estudo do direito processual.

BIBLIOGRAFIA

ALEXY, Robert. Teoría de los derechos fundamentales. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997.

ALVIM, Arruda. Manual de Direito Processual Civil. 17ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. Manual de Direito Processual Civil. 18ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

ALVIM, Eduardo; GRANADO, Daniel Willian; FERREIRA, Eduardo Aranha. Direito Processual Civil. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

ANDREWS, Neil. Relações entre a Corte e as Partes na era do Case Management. Trad. Fernanda Medina Pantoja. REPRO, v. 38, n. 217, mar. 2013, p. 198.

ARENHART, Sérgio Cruz. Decisões estruturais no direito processual civil brasileiro. Revista de Processo. São Paulo: RT, ano 38, v. 225, 2013.

ARMES, Murray. Palestra disponível em http://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/arquivos/session_1_-_dispute_avoidance_and_dispute_boards.pdf.

ASSIS, Araken de. Processo civil brasileiro, volume II: parte geral, institutos fundamentais, tomo I. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ÁVILA, Humberto. Teoria dos Princípios, da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Temas de direito processual. 3ª série. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. Temas de direito processual civil. 4ª série. São Paulo: Saraiva, 1989.

_____. Temas de direito processual civil. 7ª série. São Paulo: Saraiva, 2001.

_____. Temas de direito processual civil. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. Doutrinas Essenciais de Processo Civil, vol. 6, p. 47 – 59, 2011, DTR\1976\17.

BARREIROS, Lorena Miranda Santos Barreiros. Deveres de Cooperação Processual à Luz das Jurisprudências Brasileiras e Portuguesa. Teses da Faculdade Baiana de Direito, Salvador. v. 2. 2010.

BEDAQUE, Efetividade do processo e técnica processual. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

BENETI, Sidnei Agostinho. Resolução alternativa de conflitos (ADR) e constitucionalidade. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. n. 9, jan-jun 2002.

BONAVIDES, Paulo. Do estado liberal ao estado social. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. Princípios no novo código de processo civil. São Paulo: Saraiva, 2016.

BONNA, Alexandre Pereira. Cooperação no processo civil. A paridade do juiz e o reforço das posições jurídicas das partes a partir de uma nova concepção de democracia e contraditório. Revista Brasileira de Direito Processual RBDPro 85, jan-mar 2014.

BRAGA NETO, Adolfo. Alguns aspectos relevantes sobre a mediação de conflitos. In GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano. Mediação e Gerenciamento do Processo. Revolução na Prestação Jurisdicional. Guia Prático para a Instalação do Setor de Conciliação e Mediação. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Relatório do CNJ dos 100 maiores litigantes de 2012, Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/Publicacoes/100_maiores_litigantes.pdf.

_____. Exposição de motivos do Código de Processo Civil de 1973.

_____. Exposição de motivos do Código de Processo Civil de 2015.

_____. Lei 6.385, de 07 de dezembro de 1976.

_____. Lei 13.964, de 24 de dezembro de 2019.

_____. Preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

_____. Projeto de Lei 8.058/2014, apresentado pelo Deputado Federal Paulo Teixeira em 04 de novembro de 2014.

_____, Superior Tribunal de Justiça. Recurso Especial 1116574/ES, Recurso Especial 1306463/RS, Embargos de Declaração no Recurso Especial 1424304/SP, Agravo Interno no Recurso Especial 1782837/PR, Recurso Especial 1641154/BA, Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 437121/PR, Agravo Regimental no Recurso Especial 1089338/SP, Agravo Interno no Recurso Especial 1695770/RJ, Embargos de Declaração no Recurso Especial 1280825/RJ, Recurso Especial 1787934/MT, Agravo em Recurso Especial 635743/SC, Recurso Especial 1676027/PR, Mandado de Segurança 54566/PI, Recurso Especial 1755266/SC, Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 1330111/SP, Agravo Interno no Recurso Especial 1777691/MA, Habeas Corpus 411519/SP, Recurso em Habeas Corpus 97876/SP, Recurso em Habeas Corpus 99606/SP, Recurso em Habeas Corpus 102457/SP.

_____, Superior Tribunal de Justiça. Enunciados administrativos. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Enunciados-administrativos>.

_____, Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.130-3, Mandado de Segurança 24.268/MG, Agravo de Instrumento 825520/SP.

_____, Tribunal de Justiça de São Paulo. Agravo de Instrumento 2151554-84.2019.8.26.0000.

CABRAL, Antônio do Passo. A técnica do julgamento-alerta na mudança de jurisprudência consolidada. Disponível em https://www.academia.edu/4004417/A_t%C3%A9cnica_do_julgamento-alerta_na_mudan%C3%A7a_de_jurisprud%C3%Aancia_consolidada.

_____. Nulidades no processo moderno. São Paulo: Forense, 2009.

_____. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva”. Revista de Processo, n. 126, 2005.

CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem, mediação, conciliação, resolução CNJ 125/2010. 5ª ed. rev. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

CALMON, Eliana. Princípios e Garantias Constitucionais do Processo. In MARTINS, Yves Gandra; JOBIM, Eduardo (coord.), O Processo na Constituição. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo CPC e o princípio do contraditório – Disponível em: https://www.academia.edu/12213584/O_NOVO_CPC_E_O_PRINC%C3%8DPIO_DO_CONTRADIT%C3%93RIO.

CAMBI, Eduardo; HAAS, Adriane; SCHMITZ, Nicole. Princípio da cooperação processual e o novo CPC. Revista dos Tribunais: RT, São Paulo, v. 106, n. 984, p. 345-384, out. 2017.

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 3ª ed. Coimbra: Almedina, 1999.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à Justiça. Trad. Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1988.

CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. O novo código de processo civil e o juiz hiperativo. In GRINOVER, Ada Pellegrini et. al. O novo código de processo civil. Questões controvertidas. São Paulo: Atlas, 2015

CAVANI, Renzo. Decisão judicial justa: mero slogan? Por uma teorização da decisão judicial para o processo civil contemporâneo. Revista de processo n. 236, out2014.

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria Geral do Processo. 25ª ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

COSTA RICA. Convenção Interamericana de Direitos Humanos, de 22 de novembro de 1969.

COUTO, Mônica Bonetti; DEZEM, Renata Mota Maciel. Desjudicialização, Judiciário e acesso à Justiça: dilemas, crise e perspectivas atuais. Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro, Belo Horizonte, ano 25, n. 99, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www.bidforum.com.br/PDI0006.aspx?pdiCntd=248301>.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Contra o Processo Autoritário. In O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas/Vários autores. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. Duração razoável do processo. In MARTINS, Yves Gandra; JOBIM, Eduardo (coord.), O Processo na Constituição. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Garantia do processo sem dilações indevidas. In CRUZ E TUCCI, José Rogério (coord.). Garantias constitucionais do processo civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. O princípio do contraditório e a cooperação no processo. Revista Brasileira de Direito Processual. Belo Horizonte, n.79, 2012.

CUTHRIE, Chris; RACHLINSKI, Jeffrey J.; WISTRICH, Andrew J. Inside the judicial mind. Disponível em: <https://scholarship.law.cornell.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1734&context=facpub>.

DANTAS, Bruno; GALOTTI, Isabel. Crise do Recurso Especial e a Função Constitucional do STJ: uma proposta de reforma. Revista dos Tribunais, v. 998/2018, p. 129-158, 2018.

DANTAS, Ivo. Da defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Rio de Janeiro: Aide Editora, 1989.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. v. I. Salvador: JusPodivm, 2015.

_____. Curso de direito processual civil. Execução. 7ª ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017.

_____. Fundamentos do Princípio da Cooperação no Direito Processual Civil Português. Coimbra: Coimbra Editora, 2010

_____. Os três modelos de direito processual: inquisitivo, dispositivo e cooperativo. Revista de Processo: RePro, v. 36, n. 198, ago. 2011.

_____. Sobre a teoria geral do processo, essa desconhecida. 3. ed. atual. Salvador: Editora JusPodivm, 2016

_____; JORDÃO, Eduardo Ferreira (coord.). Teoria do processo: panorama doutrinário mundial. Salvador: Jus Podivm, 2008.

_____; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. Dever judicial de considerar as consequências práticas da decisão: interpretando o art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, Revista de Direito Administrativo e Constitucional, ano 19 - n. 75, janeiro/março – 2019.

DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, v. I, 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. Instrumentalidade do processo. 15ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. Teoria geral do novo processo civil. São Paulo: Malheiros, 2016.

FARIA, Juliana Cordeiro de Faria; REZENDE, Ester Camila Gomes Norato; MARX NETO, Edgard Audomar. Novas tendências, diálogos entre direito material e processo. Estudos em homenagem ao Professor Humberto Theodoro Junior. Belo Horizonte: Ed. D'Plácido, 2018.

FAZZALARI, Elio. Instituições de Direito Processual. Campinas: Bookseller, 2006

_____. Lezioni di Diritto Processuale Civile. V. I. Processo ordinario di cognizione. CEDAM, Padova. 1985.

FERRAZ Jr., Tércio Sampaio. O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência. In Revista USP, n. 21, maio 1994, p. 14. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26931/28709>.

FERREIRA, William dos Santos. O equivocado tratamento discriminatório da antecipação da tutela recursal em relação ao efeito suspensivo.- perspectiva dinâmica no devido processo legal e a razoável duração do processo. In OLIVEIRA, Bruno Silveira de; JORGE, Flávio Cheim; RODRIGUES, Marcelo Abelha; NOLASCO, Rita Dias; MAZZEI, Rodrigo. Gazeta Jurídica.

FIGUEIRA JR., Joel dias. Manual da arbitragem. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. Vale apostar na conciliação/mediação? Disponível em https://www.academia.edu/10372182/Vale_apostar_na_concilia%C3%A7%C3%A3o_media%C3%A7%C3%A3o.

GOUVEIA, Mariana França. Os poderes do juiz cível na acção declarativa em defesa de um processo civil ao serviço do cidadão. Lisboa: Julgar, 2007, n. 1.

GRANADO, Daniel William. Recurso de Apelação no Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Revista Editora dos Tribunais, 2017.

GRASSI, Lúcio de Gouveia. Audiência de saneamento e organização no Código de Processo Civil cooperativo brasileiro de 2015. *Revista Brasileira de Direito Processual: RBDPro*, Belo Horizonte, v. 23, n. 91, p. 123-136, jul./set. 2015.

GRAU, Eros. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GRECO, Leonardo. Publicismo e privatismo no processo civil. *RePro* 164, 2008.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas Tendências do Direito Processual*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

_____. Os fundamentos da justiça conciliativa. *Revista de arbitragem e conciliação*, n. 14, jul-set. 2007.

_____. WATANABE, Kazuo. COSTA, Suzana Henriques da. *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: JusPodivm, 2017.

GUEDES, Clarissa Diniz. O cerceamento do acesso à prova devido à confusão entre os planos de admissibilidade e valoração do material probatório. *Revista de Processo*. V. 240. São Paulo: RT, fev. 2015.

GUIMARÃES, ULYSSES. Discurso de promulgação da Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/25-anos-da-constituicao-de-1988/constituente-1987-1988/pdf/Ulysses%20Guimaraes%20-%20DISCURSO%20%20REVISADO.pdf>.

HOFFMAN, Paulo. *Razoável duração do processo*. São Paulo: Quartier Latin, 2006.

INGLATERRA. Código de Processo Civil (*Civil Procedure Rules*). Disponível em: <https://www.justice.gov.uk/courts/procedure-rules/civil>.

KIM, Richard Pae; BENASSI, Maria Cristina Kunze dos Santos. O Direito Fundamental ao “Processo Justo” e seu Conteúdo Jurídico, *Revista de Processo* | vol. 279/2018 | p. 139 - 172 | Maio / 2018.

LAGRASTA, Valéria Ferioli. O novo paradigma de solução de conflitos: juízes e advogados estão preparados? In LUCON, Paulo Henrique dos Santos; APRIGLIANO, Ricardo de

Carvalho; SILVA, João Paulo Hecker da; VASCONCELOS, Ronaldo; ORTHMANN, André. Processo em Jornadas. XI Jornadas Brasileiras de Direito Processual. XXV Jornadas Ibero-Americanas de Direito Processual. Salvador: Jus Podivm, 2016.

_____; BACELLAR, Roberto. (Org.). Conciliação e mediação: ensino em construção. 1ª ed. São Paulo: IPM; ENFAM, 2016.

LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 13º ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

LOPES, João Batista. A prova no Direito Processual Civil. 3. ed. São Paulo: RT, 2007.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. Ampliação da colegialidade. In AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; ZVEIBIL, Daniel Guimarães; DELLORE, Luiz; BUENO, Júlio César; OLIVEIRA, Marco Antonio Perez de. Direito Processual Civil Contemporâneo. Estudos em homenagem ao Professor Walter Piva Rodrigues. Indaiatuba: Foco, 2019, p. 621

_____. Devido processo legal substancial e efetividade do processo. In MARTINS, Ives Gandra da Silva; JOBIM, Eduardo coord. O Processo na Constituição. São Paulo: Quartier Latin, 2008

_____. Duração razoável e informatização do processo nas recentes reformas. In ASSIS, Araken; ALVIM, Eduardo Arruda; NERY JR., Nelson; MAZZEI, Rodrigo; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coord.) Direito civil e processo: estudos em homenagem ao Professor Arruda Alvim. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

_____. Tutela do contraditório no novo código de processo civil: vedação à decisão-surpresa e identificação das decisões imotivadas. In SANTANA, Alexandre Ávalo; ANDRADE NETO, José de. Novo CPC: Análise doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro. Campo Grande: Contemplar, 2016

MACÊDO, Lucas Buril de. Improcedência liminar do pedido. Revista dos Tribunais | vol. 973/2016 | p. 247 - 270 | Nov / 2016.

_____; PEREIRA, Mateus Costa; PEIXOTO, Ravi de Medeiros. Precedentes, cooperação e fundamentação: construção, imbricação e releitura. Civil Procedure Review, v.4, n.3: 122-152, sep-dec., 2013.

MANCUSO, Rodolfo de Camargo. Acesso à justiça. Condicionantes legítimas e ilegítimas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais. 17ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MARÇAL, Felipe. Deveres cooperativos do magistrado no processo estruturante. Civil Procedure Review. Disponível em https://www.academia.edu/39729531/DEVERES_COOPERATIVOS_DO_MAGISTRADO_NO_PROCESSO_ESTRUTURANTE_da_coopera%C3%A7%C3%A3o_com_as_partes_%C3%A0_coopera%C3%A7%C3%A3o_com_outros_%C3%B3rg%C3%A3os_judiciais_%C3%A1rios_ou_extrajudiciais_por_meio_de_atribui%C3%A7%C3%A3o_de_compet%C3%Aancias_e_delega%C3%A7%C3%B5es.

MARINONI, Luiz Guilherme. Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

_____. Código de Processo Civil Comentado / Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhardt, Daniel Mitidiero. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018.

_____. Formação da convicção e inversão do ônus da prova segundo as peculiaridades do caso concreto. Disponível em: http://www.marinoni.adv.br/principal/pub/anexos/20070619013_15330.pdf.

_____; ARENHARDT, Sérgio Cruz. Prova e convicção. 3ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. 8ª ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARTINS, Ives Gandra; JOBIM, Eduardo (coord.), O Processo na Constituição. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MEDEIROS NETO, Elias Marques de; MACHADO, Pedro Antonio de Oliveira. Princípio da cooperação no processo civil. Revista Thesis Jurídicas. São Paulo, v. 5. Jan-abr 2016.

MENDES, Conrado Hubner. O STF erra até quando acerta. Revista Época. Edição número 1045, de 09.07.2018.

MENDONÇA, Luis Correia de. Vírus autoritário e processo civil. Lisboa: Julgar, 2007, n. 1.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. Doutrinas Essenciais de Processo Civil, vol. 1, out2011.

_____. Teses, estudos e pareceres de processo civil, volume I: direito de ação, partes e terceiros, processo e política. Apresentação José Rogério Cruz e Tucci, Walter Piva Rodrigues, Paulo Henrique dos Santos Lucon. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____, José Ignacio Botelho de. Teses, Estudos e Pareceres de Processo Civil. V. II. Apresentação José Rogério Cruz e Tucci, Walter Piva Rodrigues, Paulo Henrique dos Santos Lucon. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Teses, estudos e pareceres de processo civil. V. III. Apresentação José Rogério Cruz e Tucci, Walter Piva Rodrigues, Paulo Henrique dos Santos Lucon. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007

MITIDIERO, Daniel. Colaboração no processo civil. Pressupostos sociais, lógicos e éticos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MORAES, Ricardo Quartim de. A evolução histórica do Estado Liberal ao Estado Democrático de Direito e sua relação com o constitucionalismo dirigente. Revista de informação legislativa n. 204. out/dez 2014. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/51/204/ril_v51_n204_p269.pdf.

MOTTA, Francisco José Borges; HOMMERDING, Adalberto Narciso. O que é um modelo democrático de processo? In Revista do Ministério Público do RS, Porto Alegre, 73, jan. - abr. 2013. Disponível em http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1383852047.pdf.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios do processo civil na Constituição Federal. 8ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

_____; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado, 14. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

_____; Código de Processo Civil Comentado, 15. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. Código de Processo Civil Comentado, 17. ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

NUNES, Dierle José Coelho. Processo jurisdicional democrático: uma análise crítica das reformas processuais. Curitiba: Juruá, 2009.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Poderes do juiz e visão cooperativa do processo. Revista da Ajuris. Porto Alegre, 2003, p. 55/84, n. 90. Disponível em [http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20de%20Oliveira%20\(8\)%20-formatado.pdf](http://www.abdpc.org.br/abdpc/artigos/Carlos%20A%20de%20Oliveira%20(8)%20-formatado.pdf).

OLIVEIRA NETO, Olavo. MEDEIROS NETO, Elias Marques. LOPES, Ricardo Augusto de Castro. A prova no direito processual civil. Estudos em homenagem ao professor João Batista Lopes. São Paulo: Vernatin, 2013.

ONODERA, Marcus Vinicius Kiyoshi. Gerenciamento do processo e o acesso à justiça. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

PEIXOTO, Ravi. O princípio da cooperação e a construção de um sistema comunicativo das nulidades sob a ótica da teoria do fato jurídico. Revista de Direito Privado, ano 15, v. 60, out-dez, 2014.

_____. Os caminhos e descaminhos do princípio do contraditório: a evolução histórica e a situação atual. Revista de processo, v. 294/2019, p. 121-145, 2019.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed. t. I. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

_____. Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª ed. t. III. Rio de Janeiro: Forense, 1958.

PORTUGAL. Código de Processo Civil de 2013. Disponível em: http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1959&tabela=leis

_____. Ordenações Afonsinas, 1448. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/>

_____. Superior Tribunal de Justiça Português. Processo 10118/16.2T8VNG-A.P1.S1, Relator Gonçalves Rocha, julgado em 26/06/2018.

QUEIROZ, João Eduardo Lopez. Negociação, Mediação e Conciliação na Administração Pública: A Lei n.º 13.140, de 26 de junho de 2015. Disponível em <http://genjuridico.com.br/2015/08/04/negociacao-mediacao-e-conciliacao-na-administracao-publica-a-lei-n-o-13-140-de-26-de-junho-de-2015/>

REGO, Carlos Lopes do. Comentários ao Código de Processo Civil, 2ª edição, Coimbra: Almedina, 2004.

RHEE, CH Van. Case Management in Europe: A modern approach to civil litigation. Disponível em https://www.academia.edu/37997573/CASE_MANAGEMENT_IN_EUROPE_A_MODERN_APPROACH_TO_CIVIL_LITIGATION

RIBEIRO, Sérgio Luiz de Almeida; BIAZOTTI, Thiago D'Aurea Cioffi Santoro. Entre o processo civil e incivil. São Paulo: Lualri, 2019.

RIO DE JANEIRO. Ordenações Filipinas, 1870. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>.

SANTANA, Alexandre Ávalo; ANDRADE NETO, José de. Novo CPC: Análise doutrinária sobre o novo direito processual brasileiro. Campo Grande: Contemplar, 2016.

SÃO PAULO, Lei Complementar 1.320, de 06 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caderno executivo, em 07 de abril de 2018.

SCHMITZ, Leonard. Por que fundamentar, o que fundamentar, e como (não) fundamentar no CPC/15. Disponível em https://www.academia.edu/32255593/Por_que_fundamentar_o_que_fundamentar_e_como_n%C3%A3o_fundamentar_no_CPC_15.

SEDLACEK, Federico. Nuevas herramientas para la ejecución de resoluciones en litígios estructurales: el case management anglosajón y la cosa juzgada "dinâmica", publicado em "Ejecución de resoluciones judiciales – Revista de Derecho Procesal – Ed. Rubinzal Culzoni. Tomo 2013-2, Santa Fe, 2013. Disponível em https://www.academia.edu/40069634/Nuevas_herramientas_para_la_ejecuci%C3%B3n_de_resoluciones_en_litigios_estructurales_el_Case_Management_anglosaj%C3%B3n_y_la_cosa_juzgada_din%C3%A1mica.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *Cognição do juiz na execução civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *O direito de defesa no processo civil brasileiro: um estudo sobre a posição do réu*. São Paulo: Atlas, 2011.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. A responsabilidade patrimonial no novo sistema processual civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, pp. 125-129.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 37ª ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014.

SOARES, Marcelo Negri; WINKLER, Camila Gentil. Amicus curiae no Brasil: um terceiro necessário. *Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil* | vol. 2/2018 | p. 797 – 815.

SOUSA, Miguel Teixeira de. Apontamento sobre o princípio da gestão processual no novo Código de Processo Civil. Disponível em: https://www.academia.edu/5187428/TEIXEIRA_DE_SOUSA_M._Apontamento_sobre_o_princ%C3%ADpio_da_gest%C3%A3o_processual_no_novo_C%C3%B3digo_de_Processo_Civil_10.2013

_____. *Estudos sobre o Novo Processo Civil*. 2ª ed. Lisboa: Lex, 1997.

_____. Omissão dever de cooperação do tribunal: que consequências? Disponível em: https://www.academia.edu/10210886/TEIXEIRA_DE_SOUSA_M._Omiss%C3%A3o_do_dever_de_coopera%C3%A7%C3%A3o_do_tribunal_que_consequ%C3%Aancias_01.2015

SOUZA, Diego Krainovic Malheiros de. A cooperação dos sujeitos do processo como corolário lógico da boa-fé e a colaboração indireta entre as partes para obtenção da tutela jurisdicional. *Revista Jurídica*, São Paulo, v. 67, n. 489, p. 55-73, jul. 2018.

STRECK, Lênio. Notícia de última hora: CNJ autoriza a cura de juiz solipsista! Disponível em <https://www.conjur.com.br/2017-set-21/senso-incomum-noticia-ultima-hora-cnj-autoriza-cura-juiz-solipsista>.

THAMAY, Rennan Faria Krüger. *Manual de Direito Processual Civil*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

THEODORO JUNIOR, Humberto. As Reformas do Direito Processual Civil e o Princípio Constitucional da Segurança Jurídica. In MARTINS, Yves Gandra; JOBIM, Eduardo (coord.), O Processo na Constituição. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

_____. Curso de direito processual civil. v. 1. 56ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. Curso de direito processual civil, v. III, 49ª ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____. Novo Código de Processo Civil Anotado. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

_____; NUNES, Dierle; BAHIA, Alexandre Melo Franco; PEDRON, Flávio Quinaud. Novo CPC. Fundamentos e Sistematização. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

TORRES, Ricardo Lobo; Kataoka, Eduardo Takemi; GALDINO, Flávio (org.). Dicionário de Princípios jurídico. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2011.

UNIÃO EUROPEIA. Princípios de direito transnacional. Disponível em: <https://www.unidroit.org/instruments/transnational-civil-procedure>.

UZEDA, Carolina. Pedido de ajustes e esclarecimentos: a participação das partes na decisão de saneamento e organização do processo, Revista de Processo | vol. 289/2019 | p. 167 - 188 | Mar / 2019.

VASCONCELOS, Ronaldo; CARNAÚBA, Cesar Augusto Martins. Agravo interno e a decisão monocrática fundada em precedente vinculante: entre a farra, o arbítrio e a prudência, Revista de Processo | vol. 293/2019 | p. 219 - 248 | Jul / 2019.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Fungibilidade de meios: uma outra dimensão do princípio da fungibilidade. In NERY Jr., Nelson; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (coords). Aspectos Polêmicos e Atuais dos Recursos Cíveis e de Outros Meios de Impugnação às Decisões Judiciais.

WATANABE, Kazuo. Política pública do Poder Judiciário nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. Revista de Processo, n. 195, maio de 2011.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo de Execução – Parte geral. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

ZUFELATO, Camilo; YARSHELL, Flávio Luiz coord. 40 anos da Teoria Geral do Processo no Brasil. São Paulo: Malheiros, 2013.